



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A8 GERAL
Data: 22/11/2012

Comunidade protesta contra estação de tratamento

Alessandra Cavalcanti
alessandracavalcanti@correiodesergipe.com

Moradores do Conjunto Jardim Recreio, no Bairro Santa Maria, estiveram reunidos, na tarde de ontem, em protesto contra o impacto negativo que uma estação de tratamento de resíduos perigosos tem causado à comunidade. Desde que foi instalada, há pouco mais de quatro anos, crianças, adultos e idosos do entorno têm ficado constantemente doentes, graças à poluição que todos os dias – e sem pedir licença – adentra as casas de pais e mães de família.

Há oito anos, o pedreiro Gírlan Alves mora com a família no Jardim Recreio. Segundo ele, desde que o empreendimento chegou, a saúde de todos se foi. “Sofremos demais por aqui por causa do mau cheiro. Os meus quatro filhos ficaram doentes várias vezes, inclusive, eu estou doente neste momento. Eles queimam restos de animais, fetos e até frascos com fezes vindas de laboratórios. Tudo isso é terrível para nós. Já procuramos os órgãos ambientais e até a polícia, mas eles ficam nos enrolando o tempo todo”, queixa-se o morador.

O vigilante Erinaldo Santos Pereira corrobora com o seu vizinho, Gírlan, e ressalta que um dos seus filhos chegou a ser operado como consequência de uma



DIÓGENES DVCS

■ Moradores do Jardim Recreio repudiam vinda de estação

bactéria que contraiu graças à poluição do lugar: “Foi o próprio médico quem disse que o meu filho ficou naquela situação porque estava vivendo em um lugar sujo e contaminado. Isso é um absurdo. Até quando vamos ficar nessa situação?”, questiona.

A dona de casa Maria das Neves Santos também comunga do mesmo sofrimento. Segundo ela, suas duas filhas têm apresentado piora nos problemas respiratórios e de pele, atribuídos, pelos médicos, à poluição vinda da estação de tratamento em questão. “Somos pobres e por isso não nos respeitam. Se respeitassem, isso tudo já teria sido resolvido”, desabafa.

• Sem consulta pública

A precária situação que vem sendo enfrentada pelos moradores do Jardim Recreio levou o sanitarista e professor de uma

das escolas do bairro, Fernando Leite, a tomar as dores da comunidade. Segundo ele, apesar de dispor das licenças ambientais concedidas pela Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), a empresa responsável pela estação de tratamento implantou o negócio sem fazer nenhum tipo de consulta pública prévia para dar ciência à comunidade sobre o que passaria a ser realizado no espaço.

“A estação de tratamento foi instalada há quatro anos, mas a comunidade do Jardim Recreio vive aqui há 10. Grande parte dessas pessoas tem apresentado doenças respiratórias e outros problemas diversos. Por essa razão, tenho procurado ajudar de alguma forma. Fizemos um abaixoassinado, tiramos fotografias do local, recolhemos os receituários médicos das pessoas doentes e juntamos tudo em um único documento que será entre-

que nesta quinta-feira (dia 22) ao Ministério Público Estadual (MPE)”, explica o sanitarista.

Leite acrescenta que todo lixo hospitalar é contaminado e representa um problema grave para o meio ambiente e para a população que respira o mesmo ar. Explica, também, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabeleceu regras nacionais para o acondicionamento e tratamento do lixo hospitalar gerado, fato que, segundo ele, não vem sendo respeitado.

“Tem que se tratar o lixo? Tem, sim, mas sem oferecer riscos à comunidade. Não se pode permitir que uma empresa com atividade altamente poluidora como aquela funcione em uma área densamente povoada”, adverte Leite.

• Licenças ambientais

A reportagem do Jornal Correio de Sergipe conversou com o secretário de Estado do Meio Ambiente, Genival Nunes, que confirmou a liberação das licenças ambientais para a estação de tratamento em questão. De acordo com Nunes, na época em que foi construída, não havia no local grande aglomerado urbano.

“A Adema tem sido ainda mais criteriosa na renovação dessas licenças. Se entendermos que determinado empreendimento está prejudicando a população, ele terá que ser retirado dali imediatamente”, destaca Nunes.